

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A VISÃO DO CANGAÇO NO JORNAL *A REPÚBLICA*



Elaine Maciel dos Santos

Natal(RN)

2005

ELAINE MACIEL DOS SANTOS



A VISÃO DO CANGAÇO NO JORNAL *A REPÚBLICA*

Monografia apresentada à
disciplina Pesquisa Histórica II do Curso
de História da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, sob a orientação do
professor Luís Eduardo Brandão Suassuna.

Natal (RN)

2005

ELAINE MACIEL DOS SANTOS

A VISÃO DO CANGAÇO NO JORNAL *A REPÚBLICA*

Banca Examinadora

Luís Eduardo Brandão Suassuna
Professor orientador

1º membro

2º membro

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar sempre comigo nas minhas caminhadas.

Aos meus pais, Déo e Beth, pelo amor e pelo apoio.

A minha irmã, Wilza, pela força.

A Carlos Magno pela paciência.

A Michele por sua amizade e pelas sugestões.

Ao professor Luís Eduardo pela orientação.

A professora Francisca Aurinete por sua dedicação aos alunos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1 O BRASIL NOS ANOS DE 1889 A 1930.....	8
1.1 Política.....	8
1.2 Economia.....	13
1.3 Sociedade.....	15
2 O RIO GRANDE DO NORTE NAS DÉCADAS DE 1920 A 1930.....	21
3 A VISÃO DO JORNAL <i>A REPÚBLICA</i> SOBRE O CANGAÇO NAS DÉCADAS DE 1920 A 1930.....	30
3.1 A fundação do jornal <i>A República</i>	30
3.2 O cangaço no jornal <i>A República</i>	32
CONCLUSÃO.....	44
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	46

INTRODUÇÃO

O banditismo social é um fenômeno universal encontrado predominantemente nas sociedades que se baseiam na agricultura ou, ainda, naquelas que se dedicam às atividades pastoris¹, pois as áreas distantes e de acesso difícil favorecem a essa atividade servindo de esconderijo aos bandidos e dificultando o trabalho da polícia.

O monopólio da terra e o trabalho servil, heranças do sistema sesmarial da época das capitâneas, mantiveram a população na pobreza e contribuíram para impedir o desenvolvimento do Nordeste. As pessoas eram relegadas à condição de meros objetos cujo maior dever era servir e obedecer cegamente aos donos das terras, os “coronéis”.

Enquanto o capitalismo avançava nos grandes centros urbanos, no meio rural persistiam os grandes latifúndios semifeudais. O poder dos coronéis permaneceu intocável da Monarquia à República. Os litígios entre as famílias abastadas eram resolvidos entre si, uma vez que contavam com a conivência de policiais, delegados e juízes.

A fragilidade das instituições responsáveis por manter a lei, a ordem e a justiça; o atraso econômico agravado pelas secas periódicas que aumentaram a fome, as doenças e a miséria; a ocorrência de homicídios entre as famílias, o roubo de gado e de terras sem a devida punição dos seus culpados, levando o sertanejo a buscar fazer justiça com as próprias mãos, são as causas do surgimento do cangaço, fenômeno social que propagou ódio e violência no sertão nordestino ainda durante o período monárquico, prolongando-se até 1940, quando suas atividades entram em declínio com a morte de Corisco.

¹ HOBBSAWN, Eric J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. p.13.

Apesar de haver um certo número de pesquisas no Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que possuam temas relacionados ao cangaço, não há nenhuma que aborde a visão da imprensa local sobre esse assunto. Esse fato levou ao interesse pelo tema, portanto, este trabalho pretende compreender a visão do jornal natalense *A República* sobre o cangaço nas décadas de 1920 e 1930.

A escolha do jornal *A República* se deu por ele ter sido o jornal de maior circulação no Rio Grande do Norte e por ter se tornado o órgão oficial do governo estadual após a proclamação da República.

O corte temporal estabelecido nesta pesquisa foram as décadas de 1920 e 1930, devido ao fato de, nessas décadas, o cangaço ter atingido seu ponto máximo tanto em número de grupos como em relação a área de atuação dos bandos, ganhando um maior destaque na imprensa noroeste-grandense.

Ao se propor um estudo sobre a história do banditismo social, especificamente sobre o cangaço, é necessário que se volte o olhar para a história social. Esta propõe um alargamento dos objetos históricos e o aperfeiçoamento metodológico, passando a ser encarada como uma perspectiva de síntese. Portanto, deve ser entendida como “uma abordagem que busca formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e as relações dos diversos grupos sociais”².

O primeiro capítulo desta pesquisa caracteriza o contexto político, econômico e social brasileiro no período da Primeira República. Já o segundo, caracteriza o Rio Grande do Norte nas décadas de 1920 e 1930. O terceiro capítulo analisa a visão que o jornal *A República* tinha do cangaço nas décadas de 1920 e 1930.

² CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997. p. 48.

Para a realização deste trabalho foram utilizados como fontes uma bibliografia específica sobre o contexto político, econômico e social do Brasil durante a Primeira República e sobre o Rio Grande do Norte nos anos de 1920 e 1930 e o jornal *A República*, através do qual foi analisado o cangaço. Nas citações desta pesquisa foram feitas transcrições *ipsis litteris*, mantendo-se a grafia da época.

1 O BRASIL NOS ANOS DE 1889 A 1930

1.1 Política

As crises que antecederam à República foram inevitáveis e se ligaram, em parte, às transformações que estavam ocorrendo na correlação das forças sociais do país. A emergência do Partido Republicano em São Paulo e a força do movimento abolicionista, que contou com a adesão de muitos fazendeiros interessados na mão-de-obra estrangeira, são exemplos disso. Além do mais, as crises políticas enfrentadas pelas instituições do Império, que as enfraqueciam cada vez mais, como a Questão Religiosa e a Questão Militar contribuíram para que a proclamação ocorresse.

Após o dia 15 de Novembro de 1889 foi instituído um Governo Provisório formado por membros do Exército, fazendeiros do café e camadas médias urbanas. Entre as principais medidas tomadas por esse Governo estão: a instauração do Federalismo no Brasil; a separação entre a Igreja e o Estado; a naturalização de todos os estrangeiros residentes no país que não manifestassem, num prazo de seis meses, o desejo de permanecer com a antiga nacionalidade; a criação de uma nova bandeira nacional para substituir a antiga bandeira imperial e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para elaborar a Constituição da República.

A primeira constituição republicana foi promulgada em 24 de Fevereiro de 1891 modelando-se na norte-americana e instituiu o princípio federativo, o regime representativo controlado por uma divisão de poderes entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, a eleição para presidente e a nomeação de juizes do Supremo Tribunal para cargo vitalício.

O primeiro presidente e o seu vice foram eleitos indiretamente pelo Congresso Nacional, mas, com pouco apoio político, Deodoro da Fonseca passou a sofrer grande pressão por parte dessa instituição, que tinha muitos representantes da oligarquia cafeeira, resolvendo dissolvê-lo, porém, devido aos protestos, terminou renunciando à presidência da República. Floriano Peixoto assumiu em seu lugar, mas em pouco tempo começou a receber forte oposição política, todavia governou até o fim do seu mandato. Em 1894, o civil Prudente de Moraes foi escolhido presidente da República, em eleição direta.

A força das oligarquias agrárias, chefiadas pelos cafeicultores paulistas, crescia cada vez mais, porém para se consolidarem no poder era necessária uma forma de controle. Segundo Mendes Júnior e Maranhão:

Prudente de Moraes dera o passo essencial, ao consolidar o poder dos políticos paulistas sobre o governo central, afastando os “jacobinos”, disciplinando os militares republicanos, reduzindo a escombros o próprio Partido Republicano Federal (PRF) de que se valera para chegar ao poder, e vinculando as oligarquias estaduais diretamente ao poder federal.³

Campos Sales completou a tarefa, sistematizou essa forma de dominação superando, de maneira equilibrada e centralizadora, a contradição entre o poder da União e os Estados. Preocupava-se com um possível descontentamento de setores poderosos que o haviam elegido.

Sabendo que, em médio prazo, essa política interessaria às forças agrárias, Campos Sales precisava integrá-las num sistema de controle que evitasse oposições ao seu programa de governo. Diante disso e da necessidade de equilíbrio entre o poder estadual e a União nasceu a Política

³ MENDES JÚNIOR, Antônio; MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História: texto e consulta (República Velha)*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 194.

dos Governadores, um acordo político entre as oligarquias estaduais e o poder federal, pelo qual os grupos que governassem os Estados deveriam apoiar irrestritamente o Governo Federal que, em troca, permitiria apenas a vitória eleitoral de deputados e senadores pertencentes a esses grupos estaduais, impedindo a posse dos políticos eleitos pelos partidos de oposição, através da Comissão de Verificação de Poderes, cuja atribuição era verificar possíveis fraudes eleitorais e, posteriormente, diplomar os candidatos. O resultado imediato dessa política foi a formação de oligarquias estaduais, que se apossaram da direção dos Estados.

As oligarquias se perpetuaram também em nível federal. O comando da presidência pertencia ao grupo oligárquico mais poderoso, o do Partido Republicano Paulista (PRP), aliado ao de Minas Gerais e ao do Rio Grande do Sul. Esses três Estados tinham o maior eleitorado e o maior poder econômico, porém os paulistas formaram uma aliança mais coesa com o Partido Republicano Mineiro e alternaram-se no poder. O fato de São Paulo ser um grande produtor de café e Minas Gerais de leite tornou essa alternância entre presidentes paulistas e mineiros conhecida como política do café-com-leite.

A base do sistema político brasileiro refletia uma máquina eleitoral excludente e corrupta. Os analfabetos, que eram maioria na população, não podiam votar e as pessoas aptas eram manipuladas. Nas cidades do interior e no campo, o voto era comprado por meio de favores concedidos pelo coronel a liderança municipal, proprietário de muitas terras aos seus empregados, ou mesmo comprado com dinheiro vivo. “E o ‘coronel’ que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto”⁴. Sobre o coronel, Leal ainda afirma:



⁴ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. p. 23.

A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam.⁵

Em 1910, o marechal Hermes da Fonseca foi eleito presidente da República. O arranjo político que o levou ao poder gerou graves conflitos oligárquicos na luta pelo controle das decisões governamentais. Nos Estados em que Hermes foi derrotado prevaleceram as velhas oligarquias aliadas ao Partido Republicano Conservador (PRC). Para tirá-las do poder foi estabelecida uma política salvacionista que consistia na substituição das oligarquias tradicionais por uma que fosse aliada ao presidente.

No Ceará, essa interferência do poder central na política estadual levou à Revolta do Juazeiro, que ocorreu no sertão do Cariri e centralizou-se na liderança do padre Cícero Romão. Este foi considerado um santo devido a um sonho-visão que diz ter tido e no qual treze homens, interpretados como sendo os doze apóstolos e Jesus Cristo, aparecem para ele e este lhe ordena que cuide dos sertanejos miseráveis. Um outro fato místico, que aumentou ainda mais a admiração dos sertanejos pelo padre, ocorreu durante a celebração de uma missa em Juazeiro do Norte, quando teria vertido sangue da boca de uma de suas beatas no momento em que recebia a hóstia das suas mãos. Este evento repetiu-se em muitas outras ocasiões semelhantes, porém alcança grande publicidade quando o reitor do seminário do Crato foi até Juazeiro, e o padre exibiu os panos do altar tingidos com o sangue derramado nas comunhões da beata, afirmando que era o sangue de Jesus Cristo.

⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. p. 23.

Juazeiro do Norte era um distrito do Crato e desejava sua emancipação gerando tensões entre as duas localidades, até que em 1909 pode-se dizer que se originou uma polêmica entre os jornais dos dois lugares e, da parte dos juazeirenses, um boicote econômico contra a cidade vizinha, bem como a recusa em pagar impostos. O assunto foi levado à Assembléia Estadual que deveria resolver a questão. Com grande apoio popular e dos principais chefes políticos da região do Cariri, adversários do chefe político do Crato, o padre Cícero e Floro Bartolomeu, levaram à frente o conflito que se prolongou até 1911. Divergências entre os comerciantes e os fazendeiros do Crato somadas ao receio da oligarquia Acioly, dominante no Ceará, de perder seus aliados políticos do sertão dão ganho de causa ao distrito de Juazeiro que passa para a condição de município, tendo o padre Cícero como seu primeiro prefeito. Essa revolta foi, na verdade, um exemplo da forte ligação entre o clero católico e os grandes proprietários no sertão brasileiro visando a permanência das oligarquias tradicionais no poder.

Durante a Primeira República, os conchavos políticos, a dominação oligárquica, a força eleitoral, o mandonismo local e os desmandos administrativos estiveram presentes na Maioria dos Estados brasileiros. Os ideais democráticos, ardorosamente defendidos no processo de derrubada da monarquia, foram, em grande parte, desprezados pelos grupos oligárquicos que se perpetuaram no poder. A prática dos princípios democráticos foi trocada pelo autoritarismo dos governantes e dos coronéis do sertão. Isso inviabilizava a existência de uma imprensa oposicionista e a consolidação de partidos de oposição. Sendo assim, o princípio democrático da rotatividade de partidos no poder permaneceu inerte na maioria dos Estados.

1.2 Economia

Com a abolição da escravatura chegaram ao Brasil milhares de imigrantes que aqui vieram trabalhar. O país não dispunha de papel-moeda suficiente em circulação para pagar a esses trabalhadores assalariados. O ministro da Fazenda Rui Barbosa tentou, sem sucesso, obter alguns empréstimos no exterior. A solução encontrada por ele foi a emissão de papel-moeda sem lastro-ouro por alguns bancos. Essa reforma financeira visou a transformar o Brasil numa nação industrializada, porém aumentou consideravelmente a inflação e a especulação ficando conhecida como Encilhamento. De acordo com Fausto:

Com ou sem êxito, entretanto, o fato é que a expansão dos bancos-emissores, a enxurrada de papel-moeda e de emissões de ações por parte de companhias que se formavam, confirmavam que entre as forças que se beneficiaram imediatamente com a proclamação da República contavam-se setores industrial-financeiros urbanos.⁶

Os cafeicultores protestaram contra essa reforma, pois não lhes interessava uma política que desse mais importância à indústria do que ao café. Ao passar a ser alvo de críticas dos colegas do próprio ministério, Rui Barbosa demite-se.

Quando Campos Sales foi eleito presidente, o país estava passando por uma grave crise financeira em consequência do Encilhamento. Em busca de uma solução para as finanças do país, o presidente eleito, antes mesmo de assumir a presidência, embarcou para a Europa a fim de negociar a dívida externa do país. A viagem resultou num acordo financeiro, o *funding loan*, pelo

⁶ FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. p. 33.

qual ficou determinado que o Brasil teria três anos para iniciar o pagamento dos juros e treze anos para começar a pagar o grosso da dívida, tendo sessenta e três anos para concluir o pagamento. Em troca, Campos Sales teria que assumir uma política de deflação. Para isso cortou despesas públicas, interrompeu obras, demitiu funcionários, restringiu o crédito e aumentou impostos. Como garantia aos credores, os banqueiros ingleses, ele ofereceu toda a renda da alfândega do Rio de Janeiro, e das demais, se necessário, e as receitas da Estrada de Ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro. Essa política financeira aumentou os preços dos produtos de primeira necessidade, o desemprego e levou o país à estagnação econômica.

No governo do presidente Rodrigues Alves, o café passou por uma crise de superprodução, atingindo seu pico na safra de 1905 e 1906, levando o governo a intervir. Para contornar a situação, os governantes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro firmam o Convênio de Taubaté em Fevereiro de 1906 e dão início à chamada política de Valorização do Café, para isso o governo contrai empréstimos no exterior para poder comprar toda a produção excedente e assim regular a oferta de forma a evitar a queda dos preços do produto. Em longo prazo, os efeitos dessa política são desastrosos, pois aumentou ainda mais a inflação e a dívida externa brasileira. “A crise também permitiu aos paulistas transferirem permanentemente a responsabilidade principal da proteção do café ao governo federal”⁷.

No final do século XIX e início do XX, o Brasil passava por uma transformação econômica. O Nordeste, que já fora o centro econômico do país, passava por uma grande crise econômica que atingiu profundamente a produção açucareira. A situação começou a agravar-se já na segunda metade do século XIX, quando o eixo central da economia foi transferindo-se gradativamente para o Sul, que era mais desenvolvido sob a ótica capitalista. “O Nordeste com seus arraigados remanescentes feudais e acentuada debilidade técnica. Foi perdendo terreno em todos os domínios”⁷.

⁷ FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*, p. 67-68.

nios”⁸. As plantações de café atraíram para o Sudeste a abundante mão-de-obra nordestina disponível, que era formada tanto de escravos como de trabalhadores livres. Além disso, foi o eixo meridional do país que recebeu a maior quantidade de imigrantes europeus e de indústrias, que modificaram sua estrutura econômica e social.

No final da década de 1920, a economia brasileira foi profundamente afetada por uma crise mundial que começou nos Estados Unidos em 1929 com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Os efeitos dessa crise foram brutais para o Brasil. Os preços internacionais do café despencaram e os créditos para o país são cortados. O governo ficou sem condições de manter a política de Valorização do Café. A situação foi agravada por uma produção recorde de café e pelas crescentes emissões de moeda pelo governo. Esta provocou muitas falências no comércio e na indústria e levou inúmeros fazendeiros à ruína, gerando um enfraquecimento das oligarquias cafeeiras, que foram enfim derrubadas do poder pela Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder.

1.3 Sociedade

No final do século XIX até o começo do XX vastas áreas do interior do Brasil vivenciaram uma onda de movimentos populares de natureza religiosa, nos quais uma legião de homens e mulheres passou a seguir um líder, geralmente um beato, conselheiro ou pregador. Para Facó “no nível cultural de desenvolvimento em que se encontravam as populações rurais, mergulhadas no

⁸ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese de lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 9.

quase completo analfabetismo e no obscurantismo, a sua ideologia só podia ter um cunho religioso, místico, que se convencionou chamar de fanatismo”⁹.

Em 1871, Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro, já na condição de beato, começou a percorrer os sertões pregando o Evangelho, construindo e reconstruindo igrejas, muros de cemitérios e dando conselho às pessoas. A partir daí começou a contar com seguidores que o consideravam santo. Mas, ao mesmo tempo, a Igreja Católica, o governo e os fazendeiros começaram a ficar preocupados e tentaram impedir as suas pregações, que viam como uma ameaça, devido o controle que exerciam sobre o povo. Em 1876, foi preso sob a acusação de ter praticado homicídio no Ceará, sendo remetido para Salvador e, depois, para Fortaleza. Por falta de provas, foi posto em liberdade e regressou à Bahia. Em 1822, D. Luís, arcebispo da Bahia, através de uma circular, ordenou aos párocos que não lhe dessem consentimento para pregar nas igrejas, nem permitissem que os paroquianos o ouvissem. Em 1887, um ofício de D. Luís, ao presidente da província baiana, pedia providências contra Antônio Conselheiro, acusando-o de pregar doutrinas subversivas. A partir de então, as tensões se agravaram e, em 1893, já em plena República, o Conselheiro, na cidade de Bom Conselho, rebelou-se contra a cobrança de impostos municipais, mandando os seus seguidores arrancar e queimar os editais de pagamento que estavam afixados pela cidade. A partir daí passou a ser perseguido pela polícia.

O Arraial de Canudos, localizado no município de Belo Monte, tinha cerca de 30 mil habitantes que viviam em regime de comunidade. Homens e mulheres tinham as suas funções. Até ser destruído, foram enviadas quatro expedições. Em 1896, o governo da Bahia envia uma pequena força policial a Canudos. Os seus habitantes vencem os soldados e tomam os seus armamentos. Uma segunda expedição, em Dezembro do mesmo ano, composta por 600 homens, entre membros do Exército e da polícia estadual baiana, não obtém êxito. A terceira, foi composta...

⁹ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*, p. 39.

1300 soldados comandados pelo general Moreira César que, baleado, vem a falecer. A última expedição foi organizada pelo ministro da guerra e foi composta por quase seis mil homens que contavam com artilharia de grosso calibre. Em cinco de Outubro de 1897, após dez dias de combate, os últimos seguidores de Antônio Conselheiro, morto no dia 22 do mês anterior, foram mortos.

No Nordeste, a evolução se dava lentamente. Os latifúndios dividiam a sociedade praticamente em duas classes: a do senhor de grandes extensões de terras e o homem sem-terra, o semi-servo. A situação das cidades não diferia muito da situação do interior. “No Nordeste, a vida das cidades processava-se em ritmo tão lento (até 1930) que elas não exerciam atração sobre as populações despossuídas do interior a não ser em proporções mínimas”¹⁰. Não havia indústrias que pudessem absorver nem mesmo uma pequena parte da mão-de-obra que se encontrava ociosa no campo. A situação do homem sertanejo era de fome e de miséria e agravava-se ainda mais durante as secas, que eram constantes. Associado a isso, a fragilidade das instituições responsáveis por manter a ordem, a lei e a justiça; a ocorrência de grandes injustiças; os homicídios inter-familiares; o roubo de gado e de terras levaram esse homem a buscar fazer justiça com as próprias mãos, são fatores que influenciaram no surgimento do cangaço¹¹, fenômeno social que propagou o ódio e a violência no sertão nordestino, entre o fim do século XIX até meados do século XX.

Os jagunços não tinham um padrão específico, mas, quando tinham, geralmente estavam a serviço do coronel para defender suas propriedades, acabar com seus adversários políticos e ga-

¹⁰ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*, p. 9.

¹¹ Sobre a palavra cangaço, Maria Isaura P. de Queiroz diz: “É um termo antigo e que no Nordeste tomou o sentido de banditismo. Já em 1834 se dizia de certos indivíduos que ‘eles andavam debaixo do cangaço’, designando particularmente os que ostensivamente se apresentavam muito armados [...] Levavam os clavinotes passados pelos ombros, tal qual um boi no jugo, sito é, na ‘canga’”. (QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *História do cangaço*. São Paulo: Global, 1986. p. 15.).

rantir a vitória dos seus candidatos nas eleições. Enquanto que os cangaceiros¹² atacavam as fazendas dos coronéis espalhando o terror entre os latifundiários.

Embora, muitas vezes, a violência dos cangaceiros se dirigisse contra os ricos e poderosos, ela correspondia mais a atitudes de vingança pessoal do que a uma forma de luta que tinha como objetivo transformar a situação de miséria em que o sertanejo vivia. Conforme Chiavenato:

O cangaço não representava uma verdadeira ameaça ao latifúndio: os cangaceiros não pretendiam a terra, não lutavam pela igualdade social. Eram rebeldes que buscavam no crime uma sobrevivência mais fácil, impossível pelo trabalho. Não tinham reivindicações políticas nem sociais. [...] Seus objetivos eram imediatistas: uma certa margem de segurança, para agir e a sobrevivência do bando. Não tinham plano algum, exceto imporem-se pela força.¹³

Assim como as seitas místicas, o cangaço constituía uma alternativa de vida para a população mais humilde, fincada numa sociedade patriarcal, latifundiária e injusta, onde a miséria parecia ser a única certeza de vida. Os bandos de cangaceiros propiciaram formas originais de projeção social, pois neles o sertanejo pobre “tinha acesso a uma quantidade razoável de dinheiro e a outros símbolos de *status*, como belas roupas, perfumes, anéis e mulheres”¹⁴.

Os bandos usavam alguns truques para dificultar a perseguição da polícia e evitar que fossem encontrados. Tinham como característica serem exclusivamente masculinos até a entrada de Maria Bonita em 1930, que acompanhou o bando pelas caatingas, chegando a participar de com-

¹² Segundo Maria Isaura de Queiroz, em seu primeiro e mais antigo sentido, referia-se a grupos de homens armados que eram sustentados por chefes de grandes parentelas ou por chefes políticos [...]. Mais tarde, o mesmo termo passou a designar grupos de homens armados liderados por um chefe, que se mantinham errantes [...], vivendo de assaltos e saques, e não se ligando permanentemente a nenhum chefe político ou chefe de grande parentela. (QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *História do cangaço*. São Paulo: Global, 1986. p. 15.).

¹³ CHIAVENATO, Júlio José. *Cangaço: a força do coronel*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 17.

¹⁴ DÓRIA, Carlos Alberto. *O Cangaço*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 83.

bates com a polícia. A partir de então, outras mulheres, tais como Lídia de Zé Baiano, Sila de Zé Sereno e Dadá de Corisco, entraram em bandos. De acordo com Queiroz “a ninguém era dado, no bando, ter mais do que uma mulher”¹⁵.

Segundo Dória, “além da vida sexual o ingresso das mulheres no bando permitiu a redivisão do trabalho e a reprodução dos padrões sertanejos”¹⁶, pois cabia aos homens defender suas companheiras e estas deveriam ser esposas devotas sempre servindo-os. A presença feminina nos bandos funcionou como um freio à violência, uma vez que era a elas que os reféns do bando dirigiam seus pedidos de clemência, e funcionou também como uma garantia de respeito às mulheres das cidades atacadas pelos cangaceiros.

Nos bandos existia uma organização relativamente estável, em razão de estarem longe do convívio com outras pessoas, organizavam suas próprias festas, jogos e brincadeiras que às vezes terminavam em brigas e até mesmo em morte.

Quando os cangaceiros estavam com suas vítimas, quase sempre as submetiam a humilhações. “As vítimas eram marcadas a ferro ‘como gado’, marcado a força nas orelhas ‘como bode’. Os policiais eram chamados ‘macacos’”¹⁷. Mas, à medida que o terror e a violência se generalizaram como forma de sustentação do cangaço, este teve suas bases de apoio enfraquecidas, pois a polícia percebeu que se os coiteiros¹⁸ parassem de ajudar os cangaceiros, deixariam os bandos mais vulneráveis. Além disso, depois da Revolução de 1930, com o aumento do poder do Estado e, conseqüentemente, uma maior independência da polícia, fez com que o chefe político

¹⁵ QUEIROZ, Maira Isaura P. de. *História do cangaço*, p. 51.

¹⁶ DÓRIA, Carlos Alberto. *O Cangaço*, p. 90.

¹⁷ DÓRIA, Carlos Alberto. *Op. Cit.*, p. 86-87.

¹⁸ “Para a polícia havia dois tipos de coiteiros. O primeiro era constituído pelos fazendeiros negociantes ou chefes políticos ricos [...]”. Enviavam dinheiro ou forneciam mantimentos, somente para proteger suas propriedades. O segundo grupo de coiteiros, consistia de vaqueiros, moradores e outras pessoas que tinham pouca influência.” (CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião: o rei dos cangaceiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 190.)

não tivesse mais força suficiente para proteger seus dependentes, como aconteceu em outras épocas.



2 O RIO GRANDE DO NORTE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

A década de 1920 marca o início de transformações nos campos político e econômico no Rio Grande do Norte. O governo do último representante da oligarquia Maranhão, Antônio José de Melo e Souza, foi de 1º de Janeiro de 1920 a 31 de Dezembro de 1923. A sua administração caracterizou-se pelos investimentos em educação e saúde públicas. No tocante à segurança pública, mandou soldados para as fronteiras do Estado e aumentou o efetivo do Batalhão de Segurança visando a combater o banditismo.

A oligarquia Albuquerque Maranhão sustentava-se graças à exportação de açúcar e de sal que era protegida por uma política de monopólios e concessões, mas com a eleição do seridoense José Augusto Bezerra de Medeiros para o cargo de governador, em 1924, esta perde sua hegemonia política e também econômica, pois desde a Primeira Guerra Mundial, o Seridó passou a exportar cada vez mais o algodão e a expandir a pecuária, o que levou a um aumento nas rendas públicas. Essa reorientação político-econômica para a região seridoense deu início a uma nova oligarquia. Segundo Monteiro:

A crescente importância econômica da cotonicultura no Rio Grande do Norte correspondeu a uma crescente importância política daquela parcela da elite agrária do estado que era ligada aos interesses da produção e comércio do algodão. Assim, foram os grupos políticos do Seridó – a mais importante área produtora de algodão no Rio Grande do Norte – que passaram a deter o poder, em nível estadual, nos anos de 1920, desalojando definitivamente do poder os Albuquerque Maranhão.¹⁹

¹⁹ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002. p. 227.

Apesar da transferência de poder do Agreste para o Seridó, a origem política do novo governador estava no mesmo grupo que originou as várias oligarquias, a elite agrária. “Situação e oposição, pertenciam a uma mesma e única elite no Rio Grande do Norte”²⁰. As disputas pelo poder ocorriam sem nenhuma contestação às estruturas de dominação econômica e social existentes.

José Augusto inaugurou uma nova fase política no Estado governando, quase sem oposição. Defendia os interesses nacionais, o Estado centralizado e via na integração entre o Estado e a União uma forma de garantir o desenvolvimento regional.

Seu governo coincidiu com a organização da classe trabalhadora em todo o Brasil. Apoiou o proletariado no Rio grande do Norte, reconhecendo como de utilidade pública as suas associações e ainda auxiliou as suas escolas primárias. Criou e restaurou várias escolas e, juntamente com a Igreja Católica, criou a Universidade Popular, destinada a classe operária potiguar e cujas aulas eram ministradas em Natal, Goianinha e Touros.

Com a expansão da cotonicultura, elaborou e executou uma política econômica que a favorecia, para isso foi criado o Serviço Estadual do Algodão em 1924, mediante acordo assinado com o Governo Federal. Foram implantadas fazendas de sementes em Jundiá e uma estação experimental no Seridó, visando melhorar a qualidade do algodão produzido no Estado e, consequentemente, aumentar a exportação.

Em 1926, ocorreu a passagem de revoltosos da Coluna Prestes pelos municípios de São Miguel e Luís Gomes. Estes praticaram saques e assustaram a população. Para combatê-los, foram organizadas forças locais que perseguiram os revoltosos até que eles deixassem o Rio Grande do Norte.

²⁰ MONTEIRO, Denise M. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, p. 223.

Juntamente com a Assembléia Legislativa elaborou a Lei nº 660, de 25 de Outubro de 1927, que regulava o Serviço Eleitoral do Estado; atendendo aos pedidos de Juvenal Lamartine, introduziu no artigo nº 77 das Disposições Gerais o voto feminino.

Comandando o Governo e o Partido Republicano Federal no Estado, José Augusto indicou seu primo, Juvenal Lamartine de Faria, para sucedê-lo. Em 1928, Lamartine assume o governo dando prosseguimento à política anterior. Continuou a estimular a cotonicultura e procurou diversificar a produção agrícola estadual introduzindo a plantação de mudas de espécies nativas de outros Estados. Quanto à pecuária, preocupou-se com a melhoria do rebanho bovino criando uma “estação de monta” em Jundiá com o apoio do Ministério da Agricultura.

No setor de crédito, a fim de evitar a falência do Banco do Natal, reformou o seu estatuto autorizando-o a abrir agências em alguns municípios do interior e a expandir o crédito agrícola. Posteriormente, mudou seu nome para Banco do Rio Grande do Norte.

Construiu estradas para transportar algodão e outras mercadorias do interior para os portos do litoral. Em parceria com a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), construiu pontes e bueiros. No setor da saúde pública, inaugurou o Leprosário São Francisco de Assis e o Edifício da Saúde. Quanto à instrução pública, fundou escolas em quase todos os municípios do Estado. Criou o Aero Clube de Natal, onde passou a funcionar uma escola de aviação.

Apesar do governo de Lamartine ter realizado obras em quase todos os setores, fazendo sua administração ser lembrada, este teve um caráter violento. Atitudes enérgicas foram tomadas por parte dele para combater seus adversários políticos. Transferia funcionários e autuava arbitrariamente comerciantes. “Conta a tradição oral que presos desapareciam misteriosamente das cadeias. Tratou seus adversários políticos como se fossem inimigos pessoais e os perseguiu até à

fuga para outros Estados”²¹. Café Filho, seu principal opositor, foi forçado a deixar o Rio Grande do Norte e refugiar-se na Paraíba.

Em Fevereiro de 1930, chegou a Natal a Caravana Democrática, chefiada pelo deputado Batista Luzardo, pregando as idéias da Aliança Liberal e com o intuito de realizar um comício na estação ferroviária da Ribeira. Antes do comício, foi iniciado um tumulto seguido de tiroteio e correria, resultando em três mortes e vários feridos. Esse acontecimento teve grande repercussão, e Lamartine foi acusado pelos aliancistas de ser o culpado pela agitação.

O governo de Lamartine chegava ao fim em 3 de Outubro de 1930 quando estourava a Revolução no Rio Grande do Norte e ele é deposto. Os estados brasileiros passariam a ser governados por interventores, nomeados pelo do Governo Central, e com plenos poderes executivos e legislativos. Para o Nordeste, foi nomeado Juarez Távora como representante do Governo Provisório, este se ligava aos interventores através da Delegacia do Norte. As interventorias visavam assegurar uma ruptura no poder dos grupos oligárquicos tradicionais, nas diferentes regiões do país. Mas, de acordo com Monteiro:

A resistência oligárquica às mudanças que se anunciavam, porém, não se faria esperar e geraria uma instabilidade permanente no governo dos interventores, que, frente à pressão dos grupos de poder tradicionais, renunciavam ao cargo ou eram demitidos e substituídos por ordem de Vargas. Nesse processo de transição, o governo revolucionário, buscando a consolidação, acabaria por se adequar às diferentes conjunturas políticas estaduais, equilibrando-se entre os interesses oligárquicos e as aspirações dos que haviam combatido e apoiado a Revolução de 1930.²²

²¹ SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Brasília: Senado Federal, 1989. p.254.

²² MONTEIRO, Denise Mattos. *Pão, terra e liberdade x Deus, pátria e família: as lutas sociais e a evolução política no Rio Grande do Norte, no pós-revolução de 30*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2004. p. 3.

Com a deposição do governador Lamartine, foi iniciada uma disputa pelo poder em que a Aliança Liberal do Estado fica dividida em torno dos nomes de Café Filho e Silvino Bezerra Neto para o governo. Este foi convidado a ocupar o cargo, mas não aceitou. Diante disso, foi instituída uma Junta Governativa Militar, composta pelos coronéis Tavares Guerreiro, Júlio Perouse Pontes e Abelardo de Castro, que iria administrar o Estado até a chegada de Juarez Távora, comandante da Revolução no Norte e Nordeste, que iria indicar um outro nome. A Junta tomou algumas medidas para consolidar a Revolução no Rio Grande do Norte. Através de um decreto, dissolveu a Assembléia e fez também algumas nomeações utilizando muitos nomes ligados à política estadual tradicional. Esses atos “aumentaram o antagonismo da facção cafeísta, o que é indício da falta de coesão do grupo que domina o poder”²³, pois Café Filho desejava que a Revolução apagasse por completo os resquícios da política passada.

Com a chegada de Távora a Natal, foi realizada uma reunião com os membros da Junta a fim de indicar o nome do novo governante do Estado. O escolhido foi João Lindolfo da Câmara, membro da Fazenda Nacional e residente no Rio de Janeiro. Até a sua chegada, Irineu Joffily iria assumir interinamente a administração estadual, mas devido às pressões e pedidos da parte dos cafeístas foi efetivado em 21 de Novembro de 1930 como o primeiro interventor. Porém, sua administração durou apenas noventa dias.

O tenente Aluizio Moura assumiu interinamente a interventoria potiguar e em 3 de Março de 1931 foi efetivado. A composição política do governo Moura manteve nos principais postos, da administração estadual, membros da ala cafeísta nomeados por seu antecessor e revolucionários militares. O interventor inicialmente foi fiel aos ideais revolucionários, nomeando uma comissão de sindicância, a Junta de Sanções, para apurar os atos das administrações anteriores. “Es-

²³ MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2002. p. 255.

se fato teve grande significação porque atingia diretamente as correntes tradicionais e, conseqüentemente aumentava o antagonismo entre as forças políticas locais e o poder²⁴.

A primeira crise do governo Moura ocorreu antes de completar um mês, quando o interventor mandou prender Café Filho e alguns cafeistas sob a acusação de conspirar contra o governo estadual e de serem comunistas. O tenente Ernesto Geisel apurou as denúncias e julgou-as improcedentes, exigindo do governo uma reparação oficial. Em Junho, surgiu um novo impasse político no Rio Grande do Norte. Os tenentes Geisel e Paulo Cordeiro pedem exoneração de seus cargos, alegando incompatibilidade com o governo de Moura. Elementos da ala cafeísta também pedem exoneração. Segundo Mariz e Suassuna:

A repercussão dos acontecimentos locais junto ao Governo Central foi completamente desfavorável ao interventor, que no decorrer de sua administração demonstrava claramente suas preferências pelos reacionários, o que levanta o perigo da não consolidação da revolução no Rio Grande do Norte.²⁵

Em 5 de Julho, o interventor foi informado de sua substituição e no final do mês entregou o cargo ao comandante Hercolino Cascardo.

O novo interventor priorizou o desenvolvimento das fontes de riqueza do Estado visando equilibrar a economia do Estado. Enfatizou a cultura algodoeira e a indústria salineira por serem a base da renda estadual.

No tocante à política, Cascardo procurou manter-se neutro, escolhendo seus auxiliares sem levar em consideração o grupo a que estavam vinculados. Posteriormente, vem a pedir exo-

²⁴ MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte*, p. 268.

²⁵ *Ibid.*, p. 270.

neração do cargo por sentir-se desprestigiado e sem apoio, mas reassume a interventoria e viaja para o Rio de Janeiro levando sua família. Em Fevereiro, escreveu a Vargas solicitando a sua demissão alegando motivos pessoais. Antônio José de Melo e Souza assume interinamente o governo.

Em 11 de Junho de 1932, Bertino Dutra foi empossado. Durante sua administração, que durou um ano, ocorreu a convocação para a constituinte, e houve uma movimentação na organização de entidades partidárias no Rio Grande do Norte visando lançar candidatos às eleições para deputados constituintes federais. A oposição lança o Partido Popular, liderado por José Augusto Bezerra de Medeiros. Esse partido tinha um pensamento mais liberal. O governo vai organizar as forças situacionistas para formar um partido revolucionário sob a liderança de Dutra, posteriormente de Café Filho, e fundou em Abril de 1933 o Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte, que defendia uma intervenção mais acentuada do governo em todos os setores sociais.

Em 1933 ocorreram as eleições para a Constituinte Nacional. Os partidos Popular e o Social Nacionalista lançam suas chapas. O primeiro vence a eleição, elegendo três dos quatro deputados constituintes federais. Para Mariz e Suassuna:

... vitória da oposição se devia, sobretudo, à manutenção do antigo esquema de estrutura coronelística, que não sofrera modificação. A derrota do governo demonstra a falta de base eleitoral do mesmo, e que a participação de Café Filho restringia-se a uma camada que não tinha tanto peso face a força dos coronéis do interior.²⁶

²⁶ MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte*, p. 277.

Após a eleição, Dutra recebeu um chamado do Governo Central passando o cargo para o Secretário Geral, o tenente Sérgio Marinho, e viaja para o Rio de Janeiro. A 2 de Agosto de 1933, tomou posse o novo interventor do Rio Grande do Norte, Mário Leopoldo da Câmara.

Em Outubro de 1934 houve eleição para a escolha de cinco representantes da Câmara Federal e de vinte e cinco representantes da Câmara Estadual, os quais deveriam elaborar a Constituição Estadual e eleger seu governador e senadores.

Concorreu às eleições o Partido Popular, que indicou Rafael Fernandes para o governo. Do outro lado estava a Aliança Social, partido do interventor, que era candidato ao governo. Além desses partidos, outras duas organizações partidárias concorreram ao pleito, o Partido União Operária e Camponesa do Brasil e a Ação Integralista Brasileira.

As eleições de 1934 tiveram grande repercussão devido ao clima de perseguição e violência que se instalou no Rio Grande do Norte. Fatos como o alistamento eleitoral e a divisão dos cartórios denunciados por José Augusto ao Superior Tribunal Eleitoral e a morte do engenheiro agrônomo Otávio Lamartine, filho do ex-governador Juvenal Lamartine, comprovam o clima de agitação em que se encontrava o Estado. A apuração dos votos foi interrompida, posteriormente prorrogada até que em Outubro de 1935, um ano após a eleição, o resultado foi divulgado dando vitória ao Partido Popular. “Essa definição da política estadual representou a derrota do governo para a oposição contemplando os elementos da política tradicional atuantes durante a Primeira República”²⁷.

Após assumir o governo, Rafael Fernandes tomou algumas medidas que contribuíram para que o clima de tensão continuasse, como, por exemplo, a demissão ou a transferência de funcionários ligados ao ex-interventor; a suspensão de obras públicas iniciadas no outro governo, gerando desemprego de trabalhadores; e a extinção da Guarda Civ.

²⁷ MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte*, p. 290.

No dia 23 de Novembro de 1935, ocorre o levante comunista iniciado no 21º Batalhão de Caçadores, antecipando-se à insurreição preparada, em nível nacional, por Luiz Carlos Prestes. Gradativamente, as ações revolucionárias espalham-se pela cidade. O governador Rafael Fernandes, que no momento do ataque estava no Teatro Carlos Gomes, toma conhecimento do fato e refugia-se na residência de um amigo, passando depois para o consulado italiano onde permaneceu até o final do movimento.

Os revolucionários constituíram uma Junta Governativa, denominada de Comitê Popular Revolucionário. Sua primeira medida foi a apresentação de um decreto destituindo o governador e a Assembléia Legislativa. É publicado o jornal *A Liberdade*. Porém, a repressão ao movimento já havia se iniciado, e, após o controle da insurreição no Recife, as tropas do governo federal se dirigiram ao Rio Grande do Norte para auxiliá-lo. O avanço destas levou à fuga dos rebeldes. O levante chegou ao fim quatro dias após seu início. Rafael Fernandes deixa seu esconderijo e retoma o governo do Estado.

Após Novembro de 1937, já no Estado Novo, Rafael Fernandes é indicado pelo Governo Central a continuar na interventoria até 3 de Julho de 1943.

3 A VISÃO DO JORNAL *A REPÚBLICA* SOBRE O CANGAÇO NAS DÉCADAS DE 1920 A 1930

3.1 A fundação do jornal *A República*



Apesar do malogro do movimento revolucionário de 1817, que tinha entre outros objetivos a proclamação da República, a idéia republicana continuou a ser difundida e a ganhar simpatizantes no Rio Grande do Norte. Como aquele, o republicanismo restringiu-se a uma parcela da população, a elite, não tendo o povo qualquer participação. Os representantes dos ideais republicanos eram intelectuais, fazendeiros, comerciantes, bacharéis e profissionais liberais.

As divergências que haviam dentro dos Partidos, Conservador e Liberal, contribuíram para a emergência de um novo partido, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte, em 27 de Janeiro de 1889. Sua fundação foi patrocinada pelo comerciante João Avelino, neto de Fabrício Gomes Pedroza e primo de Pedro Velho, futuro presidente do partido. Inicialmente, esse partido não teve muita credibilidade, pois ao assumir sua direção, Pedro Velho não tinha nenhuma experiência no tocante à política estadual, além disso, o pequeno número de membros do partido revelou a inexpressiva repercussão que teve entre a população. Porém, Pedro Velho conseguiu estruturar o partido e transformou-se no chefe da política estadual.

Proclamada a República, Pedro Velho assumiu o governo do Estado por indicação oficial do Ministro do Interior, Aristides Lobo, mas, ficou no cargo apenas por dezenove dias, sendo substituído pelo senador paulista Adolfo Gordo. Este, logo identificou-se com o grupo antagônico a Pedro Velho porém, permaneceu no governo apenas por trinta dias.

Posteriormente, Pedro Velho retomou o poder político e estabeleceu uma verdadeira oligarquia que permaneceu hegemônica até a década de 1920, quando foi substituído pelo grupo político do Seridó, presidido por José Augusto Bezerra de Medeiros.

Antes da proclamação, o movimento republicano não tinha muita expressividade. Era necessária uma maior divulgação dos seus ideais. Com o objetivo de difundir suas idéias e arregimentar novos membros para o partido, Pedro Velho decidiu fundar um jornal, segundo Souza:

Pedro Velho empenhou-se em publicar um jornal. Apeiou para José Leão, republicano histórico, potiguar que vivia no Rio de Janeiro. Este solicitou a Daniel Pedro de Ferro Cardoso que mandasse um prelo para editar o referido jornal. O equipamento enviado de Paris pelo ilustre engenheiro Ferro Cardoso era de pequenas dimensões. O jeito foi imprimir o semanário na tipografia de João Carlos Wanderley.²⁸

Em primeiro de Julho de 1889 circulou o primeiro jornal *A República*, que na sua primeira edição pregou as idéias republicanas e criticou os erros da monarquia. “Media 35 centímetros de comprimento sobre 25 de largura, com quatro páginas e três colunas. Saía nas segundas-feiras e custava seis mil-réis por ano. Em 1º de Fevereiro de 1897 passou a ser diário.”²⁹

Após a Proclamação, o jornal *A República* tornou-se o órgão oficial da política situacionista. Nele eram publicados discursos, convocações, notas à população, telegramas oficiais, relatórios e prestações de contas dos departamentos que compunham a administração estadual. Geralmente quem escrevia as suas reportagens eram políticos ou simpatizantes do republicanismo, membros da elite. Qualquer pessoa, grupo ou fato, que fosse contrário ao governo, eram severamente criticados.

²⁸ SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, p. 133.

²⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: IHGRN, 1999. p. 333.

3.2 O cangaço no jornal *A República*

O jornal *A República* deu muita ênfase à questão do cangaço. As reportagens entre as décadas de 1920 e 1930 permitem acompanhar diversas posições sobre o tema. Constantemente publicava-se matérias sobre as possíveis causas geradoras do banditismo; os ataques dos bandos às cidades; as medidas tomadas pelas autoridades para combater os cangaceiros, etc.

No dia 29 de Julho de 1923, *A República* publicou matéria sobre um período de relativa tranqüilidade no sertão do Estado:

Nunca as populações sertanejas gozaram de tanta tranqüilidade e confiança nos seus direitos de vida e propriedade, como na actual administração do Estado. Não é que as administrações passadas não cuidassem com o maximo interesse do difficil problema [...]. Entretanto, a obra meritória ficara seriamente começada, sendo afinal concluida pelo actual governo de nossa terra.³⁰

Nesse trecho percebe-se que o jornal atribui o clima de tranqüilidade do sertão à administração do governador Antônio José de Melo e Souza. E continua “quem quer que conheça a actuação administrativa de s. excia. não lhe recuzará essa justiça”.³¹

Em 1º de Dezembro de 1925 o jornal publicou:

³⁰ A REPÚBLICA, Natal, p. 1, 29 jul. 1923.

³¹ Ibid.

Para nós, felismente, a acção dos malfeitores não se exerce tanto dentro do nosso território. teem preferido ficar nas fronteiras dos Estados limitrophes, mas não deixa de ser, porem, uma tremenda e permanente ameaça. Nessas circunstancias o governo do Rio Grande do Norte é obrigado a conservar nos municipios fronteirissos, fortes contingentes da força policial, para em commum accordo com as de Pernambuco, Parahyba e Ceará, eliminarem essa nodoa vergonhosa do ambiente sertanejo.³²

Nessa matéria percebe-se que alguns Estados do Nordeste aliam-se para combater o cangaço e que o Rio Grande do Norte ainda vive uma fase de tranqüilidade, mas passa a tomar medidas mais enérgicas com a presença constante de policiais nas fronteiras estaduais. Na frase “essa nódoa vergonhosa do ambiente sertanejo” mostra a visão que o jornal tinha do cangaço, que era de total desaprovação. Um motivo de desonra para o sertão.

Porém, sobre o cangaceiro, Mário Coriolano posicionou-se de forma bastante interessante ao escrever sobre sua personalidade. Para ele, o cangaceiro era produto do meio em que vivia e da hereditariedade de seus antepassados. “[...] Mas, curvado ao peso da hereditariedade e lutando com as influencias malsãs de sue meio, o cangaceiro não é um criminoso que se possa enquadrar nos limites estreitos de uma classificação”.³³

Para Coriolano, a índole do cangaceiro poderia ser modificada caso lhe fossem dadas oportunidades. “Não é, afinal, um delinqüente que cuja temibilidade tenha sempre a receiar a sociedade – tire-se-lhe de sue meio, dêem-se-lhe outras condições de vida e o cangaceiro será o mais util dos homens – probo e trabalhador”.³⁴

Fica claro que o autor da matéria tinha uma opinião diferente do jornal, que, na maioria das reportagens, referia-se ao cangaceiro como um malfeitor, um celerado incorrigível. Para ele,

³² A REPÚBLICA, p. 1, 1 dez. 1925.

³³ A REPÚBLICA, p. 2, 1 ago. 1926

³⁴ Ibid.

o fato da política visar apenas aos interesses de um pequeno número de poderosos, que detinham a maioria das terras, instigou o sertanejo a entrar no cangaço.

O meio todo especial em que se move o sertanejo é o caldo de cultura [...]. Idéias estreitas, uma política de campanario mais estreita ainda de meia duzia de senhores por assim dizer feudaes, donos de vastos latifundios, arrastam o homem a revoltar-se sempre contra os absurdos desse dictadores desconhecidos. D'ahi ser sempre o cangaceiro um vingador, barbaro e feroz, afundando-se na caatinga, conseio da justiça de sua causa. Monteado pelo odio feroz de seus perseguidores, revolta-se então de uma vez[...].³⁵

Sobre os coiteiros, Phelippe Guerra escreveu:

[...] competições de mando local, acobertados por interesses partidarios, rivalidades entre familias tem conservado e creado algumas modalidades de cangaceirismo. Desgraçadamente já é possivel deixar observar que grupos tem apparecido, protegidos occulta ou ostencivamente por amos que os mantem assim como o caçador conserva adestrada matilhas de cães que fielmente á bôca leva a caça ao caçador. O cangaceirismo hoje é de exclusiva criação dos potentados locais. A indole do povo é bôa, e o pobre, desprotegido nada poderia tentar contra a segurança da população. E porem, o homem do povo, infeliz ignorante, açulado ao crime pelos mandões locais.³⁶

No trecho acima nota-se a posição do autor sobre os coiteiros. Para ele, o cangaceirismo é uma criação dos potentados locais, mas no Rio Grande do Norte isso não era regra geral devido a ação, segundo ele, firme e atuante do governo no combate ao cangaço:

³⁵ A REPÚBLICA, p. 2, 1 ago. 1926.

³⁶ A REPÚBLICA, p. 2, 19 set. 1926.

[...] os governos de Estado muito tem concorrido para esse resultado, em perfeito accordo com a indole da população, reprimindo directamente o banditismo por uma acção energica, e indirectamente negando prestígio e apoio a qualquer “influencia local” que se mostre inclinado a proteger ou acoitar bandidos. Até mesmo “chefes amigos” tem visto, por esse vergonhoso motivo, ser-lhes retirado apoio e confiança. E as leis do Estado são encaminhadas no sentido de difficultar abusos e tolerancias.³⁷

No ano de 1927, o jornal vai admitir que o Rio Grande do Norte já não está tão imune ao cangaceirismo. O Estado, que durante o início da década de 1920, não sofrera ataques expressivos, neste ano será invadido várias vezes por diversos grupos. Como comprovam as reportagens abaixo:

Despachos ttlegraphicos do interior informam haver sido assaltada, ás primeiras horas da manhã de ante-hontem, por um grupo de cerca de vinte cangaceiros chefiados pelos celebre Francisco Pereira e Sabino, a cidade de Apody, onde o bando criminoso, pelo inesperado do ataque, poude causar sensiveis damnos e a morte de um commerciante, cujo nome até o presente se ignora. Varios estabelecimentos commerciaes daquella cidade foram incendiados pelos assaltantes, inclusive o do coronel Francisco Pinto, prefeito do citado municipio.³⁸

Após a invasão a cidade de Apodi, os bandidos continuaram a praticar assaltos, como noticiou o jornal de 13 de Maio de 1927, “os bandidos seguiram em direção a Caraúbas, em cujo municipio atacaram duas fazendas, dirigindo-se depois ao povoado de Gavião onde entraram, prosseguindo em sua excursão com destino a Port’alegre.”³⁹

Em Portalegre os cangaceiros promoveram depredações e trocaram tiros com a polícia conforme nota do Departamento de Segurança Pública publicado no jornal *A República*:

³⁷ A REPÚBLICA, p. 1, 21 set. 1926.

³⁸ A REPÚBLICA, p. 1, 12 maio 1927.

³⁹ A REPÚBLICA, p. 1, 13 maio 1927.

Os bandidos se achavam hontem atacando, pelas 8 ½ horas a villa de Port'alegre havendo tiroteio. A estação telegraphica daquela villa não pôde mais se communicar com a de Pau dos Ferros, presumindo-se que a linha ou o aparelho tenha sido inutilisados. [...] A população civil de tosos os logares ameaçados tem coadjuvado na organização da defesa da ordem publica.⁴⁰

Em 13 de Junho de 1927 aconteceu a invasão do bando de Lampião à cidade de Mossoró, um dos episódios mais conhecidos quando se fala em cangaço, devido ao desfecho que teve. Porém, antes de invadí-la, os cangaceiros voltam a Apodi e prendem o coronel Antônio Gurgel.

O grupo continuava sua caminhada em direção ao norte e aproximava-se cada vez mais de Mossoró, enviando uma carta escrita pelo refém. Esta pedia dinheiro em troca da liberdade do coronel Gurgel e exigia uma contribuição de 400 contos a cidade, em troca de não invadí-la. Posteriormente, Rodolfo Fernandes recebe uma outra carta, mais ameaçadora, escrita desta vez por Lampião.

Como o prefeito de Mossoró, se negou a pagar o dinheiro exigido, o bando decidiu invadir a cidade. É interessante a forma como o jornal noticiou a negativa do prefeito às exigências do chefe do bando. “O Coronel Rodolpho Fernandes respondeu altivamente ao bandido, pelo mesmo portador, que ‘fosse buscar o dinheiro’”.⁴¹

Nesse trecho, nota-se que o jornal descreve o fato enaltecendo a figura do prefeito e passando a idéia de coragem quando este se nega a cumprir a ordem do bandido. Sobre o ataque o jornal noticiou:

⁴⁰ A REPÚBLICA, p. 1, 13 maio 1927.

⁴¹ A REPÚBLICA, p. 1, 14 jun. 1927.

Lampeão replicou com o assalto á cidade, iniciado ás 15,40, pelo bairro do Alto da Conceição, onde encontrou resistencia da policia e de numerosos civis, cessando o tiroteio ás 17,40, com a retirada dos bandidos. A resistencia foi commandada pelos bravos officiaes de nossa Policia, tenentes Abdon Nunes, Laurentino Moraes e João Antunes. A cidade de Mossoró está defendida por cerca de 300 homens, entre soldados da policia e civis. A população daquella cidade tem cooperado valentemente com as autoridades na defesa da honra de nossa terra, ultrajada pela arrogancia criminosa dos bandidos de Lampeão.⁴²

Mais uma vez tem-se, no trecho acima, a exaltação das autoridades e também de civis que lutaram para expulsar o bando.

Após o ataque a Mossoró foram publicadas, quase diariamente, matérias sobre a resistência ao bando e elogios à elite, os defensores da cidade, que, para o jornal, eram o prefeito Rodolfo, funcionários do Telégrafo Nacional, padres, cônegos, oficiais da polícia e o chefe do Departamento de Segurança. Benício Filho. O povo era citado sempre como tendo auxiliado bravamente o poder público, mas sem nunca ter tomado a iniciativa, sendo sempre comandado pelos poderosos. O jornal também publicou vários telegramas enviados de cidades do interior do Rio Grande do Norte como de Estados vizinhos parabenizando o governador José Augusto, e dando notícia do paradeiro do bando, como mostram os jornais de 1, 3, 5 e 8 de Julho de 1927.

Em 6 de Setembro de 1927, *A República* publicou o discurso elogioso feito pelo doutor José Fernandes Gurjão numa festa em homenagem a José Augusto.

[...] Joeiradas mesmo por instituições preconcebidamente tencionadas, a imaginação phantasiosa dos mithicos jamais conseguirá turvar a limpidez com que se aureola vossa conducta e a dignidade com que se douram os actos de vossa administração. [...] uma só vez, um só grito. Estridente, clangoroso e univoco, ecoa de todas as boccas, asseverando a vossa dedicação, tresporda a tal ponto, que o bandido passou pelo Rio Grande do Norte,

⁴² A REPÚBLICA, p. 1, 14 jun. 1927.

como uma tempestade [...]. Empunhastes para logo o estandarte de guerra e ao banditismo e expulsaste de nosso territorio a maior praga, a maior epidemia, a mais tremenda gafe que pode infelicitar um povo. Elemento precípua para o vosso triumpho foi a urgencia de vossas medidas, que representou tatica e implicitamente um attestado de vossa indole ordeira [...].⁴³

Além de discursos em homenagem aos responsáveis pela expulsão de Lampião da cidade de Mossoró, *A República* publicou discursos de políticos pedindo providências no tocante ao cangaço. Em 7 de Setembro de 1927, o jornal publicou um discurso do seu diretor, o deputado Dioclécio Duarte intitulado “O problema do cangaceirismo”⁴⁴. No dia 20 do mesmo mês, publicou uma matéria que trazia o discurso desse deputado em defesa da região Nordeste, e onde o mesmo apresentava um projeto no qual solicitava a União que se responsabilize pelo combate ao cangaceirismo⁴⁵. Até o final do ano de 1927, o cangaço foi um tema sempre presente no jornal *A República*.

Em 23 de Março de 1928, o jornal publicou uma reportagem condenando o banditismo e criticando os governantes que não tomavam atitudes de combate aos cangaceiros.

Uma das pechas mais deprimentes que o povo nordestino póde atirar as faces dum administrador é a protecção ou complacencia para com o banditismo. Tornando indigno ao posto que ocupa, deshonrando o nome de sua terra e deprimindo a civilização a cuja sombra vive[...].⁴⁶

⁴³ A REPÚBLICA, p. 1, 6 set. 1927.

⁴⁴ A REPÚBLICA, p. 1, 7 set. 1927.

⁴⁵ A REPÚBLICA, p. 1, 20 set. 1927.

⁴⁶ O RIO GRANDE DO NORTE e a repressão ao banditismo. *A República*, p. 1, 23 mar. 1928. Transcrito de “O Paiz”.

Na mesma reportagem, o jornal vai mostrar sua opinião sobre a política de repressão ao banditismo no governo de Juvenal Lamartine.

[...] Logo ao inicio de seu governo naquelle Estado tendo a rosto tão delicado problema, o riograndense se não deteve em tomar meias medidas ou imaginar subterfugios para escapar ao dever que lhe pesava. Por intermedio do Departamento de Segurança de seu Estado oppôz severas e terminantes providencias contra taes ameaças, as quaes logo puzeram em fuga os indesejaveis visitantes [...]. O empenho tomado pelo sr. Juvenal Lamartine em debellar o cangaceirismo é um exemplo [...].⁴⁷

O trecho citado mostra, mais uma vez, o apoio do jornal ao administrador estadual no poder, com um texto elogioso a pessoa de Lamartine, mas o combate mais severo ao banditismo, embora tenha atingido o auge no seu governo, começou ainda na administração do seu antecessor, José Augusto. Em decorrência da invasão a Mossoró, foi feito um acordo entre os governantes do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba⁴⁸.

Sobre os coiteiros, Orminda Bastos escreveu:

[...] A história do cangaceiro é com pequenas variantes, sempre a mesma: um crime de sangue inicial, occultado da justiça pelo fazendeiro, a quem interessa conservar o criminoso em sua dependencia, como futuro instrumento dos seus rancores particulares ou politicos. Esta simples certeza, que tem o delinquente em expectativa de encontrar quem o resguarde da perseguição da policia e precise de seus “serviços”, é um estímulo poderoso para a criminalidade, nos sertões do nordeste.⁴⁹

⁴⁷ O RIO GRANDE DO NORTE e a repressão ao banditismo. *A República*, p. 1, 23 mar. 1928. Transcrito de “O Paiz”.

⁴⁸ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, p. 196.

⁴⁹ BASTOS, Orminda. Repressão ao banditismo. *A República*, p. 1, 1 ago. 1928.

Percebe-se que a autora atribui a existência de cangaceiros ao rico fazendeiro que, ao dar proteção a um criminoso, visando receber em troca “favores”, também criminosos, contra os seus desafetos alimenta o banditismo.

Segundo Ormindia Bastos, o cangaço poderia ser extinto simplesmente com a punição dos chefes sertanejos que acoitam ou protegem criminosos fornecendo-lhes recursos. Para ela, “o essencial, portanto, é extinguir os focos, quer dizer, policiar os receptadores de bandidos, quer processando-os criminalmente, quer desautorizando-os no seu prestígio político, ponto em que são muitos sensíveis”⁵⁰.

Em 1931, *A República* publicou poucas matérias sobre o cangaço, a maioria das notícias relacionadas a esse assunto, neste ano, foram através de telegramas trocados entre os interventores e que geralmente davam informações sobre o paradeiro dos bandos, com exceção dos jornais publicados nos dias 6 de Julho e 26 de Novembro que trouxeram observações interessantes sobre o tema.

Em 6 de Julho o jornal publicou:



Mais uma vez se anuncia, achar-se disposto o governo federal a extirpar o banditismo sertanejo. Por que meio? Pela força. [...] não ha duvida que, de momento, o unico recurso para destruir e eliminar o cangaço é o emprego das armas. [...] e possamos, assim, suprimir da nossa boa forma de povo civilisado a calamitosa mancha com que ennoam as façanhas barbaras do cangaço [...].⁵¹

Nesse trecho o jornal justifica a forma violenta de como se realizará a repressão ao cangaço. Para ele, o uso da força das armas era a única forma de combatê-lo. Nota-se que o jor-

⁵⁰ BASTOS, Ormindia. Repressão ao banditismo. *A República*, p. 1, 1 ago. 1928.

⁵¹ A DITADURA do banditismo. *A República*, p. 5, 6 jul. 1931. Transcrito de “A Pátria”.

nal justifica a violência empregada contra o sertanejo pela polícia como sendo uma forma de trazer a tranquilidade e o *status* de civilização perdidos no sertão, já a violência cometida pelos cangaceiros era selvageria mesmo. Quando acontecia, logo tentava convencer o sertanejo a não auxiliar os bandos.

Em 26 de Novembro, o jornal mostrou a confiança que tinha nas ações de combate ao banditismo iniciado com os políticos da nova fase política brasileira, a da pós-revolução de 1930, com é percebido no seguinte trecho:

○ banditismo, que vem sendo, através de longos anos, o terror do sertanejo indefeso, teve sempre, na República Velha, o apoio decisivo da quasi totalidade das autoridades locais, a quem deveu, em grande parte, o êxito de seus malévolos intentos. Hoje, porém, com a renovação por que passa o mecanismo político administrativo brasileiro, não está longe, certamente, o dia em que possamos assistir à debelação dessa nefanda praga que ainda infelicitiza os nossos sertões.⁵²

Sobre a inércia da economia sertaneja, o jornal vai atribuir ao cangaço e cita como exemplo a cidade de Recife.

[...] houve um momento em que as rendas da Great Western, que liga quatro Estados da União, sofreram um decréscimo notável, porque o comércio de Recife recebia transações com a região sertaneja, pela aproximação do Lampeão da cidade de Rio Branco, então ponto terminal da linha central de Pernambuco. E quem se arrisca a empregar capitais numa região em que, de um momento para outro, cinquenta homens armados incendiam as fazendas, saqueiam os estabelecimentos comerciais, destroem os rebanhos, matam os homens e desonram as mulheres?[...]⁵³

⁵² A REPÚBLICA, p. 1, 26 nov. 1931.

⁵³ A REPÚBLICA, p. 4, 11 nov. 1932.

Em 1934, Felipe Guerra escreveu que “a extinção do cangaceiro é indispensável para o desenvolvimento econômico do sertão. Como proceder? [...] O desenvolvimento econômico do sertão reclama urgentemente a extinção do cangaceirismo [...]”.⁵⁴

Nos dois trechos relativos à economia percebe-se que o jornal atribui a falta de investimento e, conseqüentemente, a pobreza do povo do sertão ao cangaço, omitindo o fato de que foi a pobreza gerada pelas disparidades sociais e as injustiças cometidas contra os mais humildes que impulsionou esse fenômeno, pois a entrada nos bandos significativa uma alternativa à miséria.

Em 1936, *A República* vai atribuir outros fatores à origem do banditismo. Pela primeira vez, desde as décadas de 1920 e 1930, vai dizer que as causas do cangaço não estão apenas no apoio dado pelos coiteiros aos bandos e sim, em outros fatores como, na falta de infra-estrutura do sertão, nas injustiças constantes e na ausência de instrução da população, podendo ser observado no seguinte trecho:

[...] A primeira dellas, é a falta de transporte e meios de comunicação rápidos e celeres. Nas regiões onde as comunicações podem ser feitas com rapidez e celeridade, o phenomeno do banditismo não se pode manifestar, ou, pelo menos, não se pode perdurar. A segunda, é a falta de justiça. Se estudarmos a genese de todas as grandes figuras de bandidos, ou pelo menos, as determinações de sua existencia, encontramos quasi sempre a falta de punição de um crime. Isto quanto aos mais graduados bandoleiros que temos conhecido no nordeste [...]. O terceiro factor é a falta de educação. [...] exclusivamente, o analfabetismo.⁵⁵

⁵⁴ A REPÚBLICA, p. 1, 11 abr. 1934.

⁵⁵ A REPÚBLICA, p. 1, 8 out. 1936.

Percebe-se que esses novos fatores que foram atribuídos à origem do cangaço pelo jornal levam a inferir que a extinção do banditismo deve ser encarada, agora, como uma questão ampla, necessitando de ações conjuntas voltadas para os campos político, econômico e social.

Em 28 de Julho de 1938, chegava ao fim, o mais famoso líder de bandos, Lampião. Este foi morto num combate surpresa na Fazenda Angico, em Sergipe, com os soldados da volante alagoana, comandada pelo tenente José Bezerra. Além de Virgulino, foram mortos Maria Bonita e mais onze cangaceiros.⁵⁶

Ao contrário de outros jornais brasileiros, que “publicaram edições especiais e enviaram jornalistas para Alagoas, a fim de dar notícias em primeira mão”⁵⁷, *A República* noticiou o fato ocorrido dia 28 de Julho em Sergipe sem entusiasmos. Na maioria das vezes publicou apenas telegramas recebidos pelo interventor Rafael Fernandes, confirmando o local do combate e o comando da operação bem como os mortos na luta.

No dia 30 de Junho, Rômulo Vanderlei escreveu uma matéria contida e sem exageros sobre a trajetória do rei do cangaço, que acabara de ter seu reinado destruído. Para ele, a notícia da morte de Lampião “não causou espanto nem tampouco tristeza”.⁵⁸ Isso pode ser explicado pois, diversas vezes, a morte de Virgulino foi noticiada e posteriormente desmentida, gerando uma frustração no leitor.

⁵⁶ A REPÚBLICA, p. 3, 30 jul. 1938. Mas, de acordo com Chandler, morreram ao todo onze cangaceiros, incluindo Lampião e Maria Bonita. (CHANDLER, Billy Jaymes. *Lampião: o rei dos cangaceiros*, p. 253);

⁵⁷ CHANDLER, Billy Jaynes, *Lampião: o rei dos cangaceiros*, p. 253.

⁵⁸ A REPÚBLICA, p. 3, 30 jul. 1938.

CONCLUSÃO

Na pesquisa realizada estudou-se os fatos mais marcantes do Brasil no tocante à política, à economia e à sociedade durante a Primeira República. Posteriormente, foram estudadas, especificamente, as décadas de 1920 e 1930, onde ficou caracterizado a estrutura política, econômica e social do Rio Grande do Norte, nessa época. Por fim, foi pesquisado o contexto em que se deu a fundação do jornal *A República* para que pudesse ser estudada a visão que este tinha do cangaço durante as décadas de 1920 e 1930.

Em 1889, o governo imperial foi substituído pela República através de um golpe militar. Essa nova forma de governo não acarretou mudanças na vida dos mais humildes, especialmente no Nordeste, onde o sertanejo continuou a viver num sistema praticamente feudal, submetendo-se às mais diversas ordens do coronel e aos horrores da miséria. Buscando uma alternativa a essa situação muitos ingressavam no cangaço.

Sobre tudo que dizia respeito ao cangaço *A República* demonstrou sua visão. Apoiando o governante que estivesse no poder, sempre fez questão de noticiar que o Rio Grande do Norte estava livre dos cangaceiros devido à atuação dos seus administradores. O jornal repudiava o cangaço pois, para ele, este era um motivo de vergonha para o sertão. Considerava o cangaceiro um bandido, produto do meio e da hereditariedade. Enxergava o cangaceirismo como criação dos potentados locais, já que muitos acoitavam bandos. Via o uso da violência como única forma de reprimir o cangaceirismo. Também chegou a atribuir a debilidade da economia sertaneja ao cangaço.

A imprensa tem a capacidade de atingir uma parcela considerável da população e influenciar a sua vida. Ela “registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante

batalha pela conquista dos corações e mentes,⁵⁹ pois ela é ideológica e utiliza critérios de avaliação para selecionar o que será levado ao conhecimento do público. Com o jornal *A República* não foi diferente, pois para ele só interessava divulgar os interesses do grupo a que estava vinculado.

O jornal demonstrava em seu editorial a visão que tinha em relação aos acontecimentos e a visão dos jornalistas nas suas críticas e comentários. *A República* retratava a ideologia da época externando o ponto de vista da elite política norte-rio-grandense, portanto era opinativo e partidário.

Enfim, pode-se afirmar que a visão do jornal *A República*, no período pesquisado (décadas de 1920 e 1930) era a visão da elite republicana potiguar.

⁵⁹ CAPELLATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 13.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

A REPUBLICA, Natal, 1923-1938.

Bibliografia

CAPELLATO, Maria Helena R. Introdução. In: _____. **Imprensa e história do Brasil**... ed. São Paulo: Contexto, 1988. p. 13-14.

CARDOSO, Fernando H. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. v. 1, t. 3, cap. 1, p. 15-50.

CASCUDO, Luís da Câmara. Imprensa política. In: _____. **História da cidade do Natal**. 3. ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999. p.319-336.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. cap. 2, p. 45-59.

CHANDLER, Billy Jaymes. **Lampião: o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHIAVENATO, Júlio José. **Cangaço: a força do coronel**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- DORIA, Carlos Alberto. **O cangaço**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (coleção tudo é história)
- FACO, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese de lutas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- HOBSBAWN, Eric J. O que é banditismo social. In: _____. **Bandidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. cap. 1, p. 10-23.
- LEAL, Victor Nunes. Indicações sobre a estrutura e o processo do “coronelismo”. In: _____. **Coronelismo, enxada e voto**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. cap. 1, p. 19-57.
- MENDES JUNIOR, Antônio, MARANHÃO, Ricardo. Implantação do sistema de poder oligárquico. In: _____ (Orgs.). **Brasil história: texto e consulta (República Velha)**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. v. 3, cap. 68, p. 195-203.
- MONTEIRO, Denise Mattos. Coronéis e oligarcas: o Rio Grande do Norte no sistema de poder da Primeira República (1880 a 1930). In: _____. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002. cap. 5, p. 201-247.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **História do cangaço**. 2. ed. São Paulo: Global, 1986.
- SOUZA, ITAMAR DE. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1989.

